



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**I – Necessidade da contratação:**

A ausência de acessibilidade comunicacional nas sessões de julgamento, audiências, balcão virtual, perícias, vídeos institucionais e em eventos realizados pelo TRT da 24ª impede que as pessoas surdas ou com deficiência auditiva e visual tenham acesso às informações, decisões e julgamentos dos processos que tramitam neste TRT.

Isto ocorre porque as informações não são apresentadas de maneira que seja compreensível e acessível para todos os públicos, independentemente de suas habilidades físicas, cognitivas ou sensoriais, devendo ser proporcionada acessibilidade comunicacional a todos os jurisdicionados.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar visa analisar as soluções disponíveis e escolher a mais viável, com base em parâmetros objetivos elucidados no item V deste documento.

Justificativas para a contratação:

- a) Garantir a ampla acessibilidade e assegurar o direito de todos à informação, mais especificamente às tramitações e decisões processuais;
- b) Garantir a plena inclusão das pessoas com deficiência visual e auditiva, removendo qualquer barreira de comunicação entre estas e a instituição;
- c) atender ao *ranking* da transparência do Poder Judiciário, inserido pela Resolução CNJ n.º 260/2018 na Resolução CNJ 215/2015, em que se questiona sobre a utilização de "intérprete de Língua Brasileira de Sinais" e de "Audiodescrição" em manifestações públicas (anexo II);
- d) atender à Resolução CSJT n.º 320/2021 (que alterou a Resolução CSJT 201/2018), que dispõe sobre o uso da Libras no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

para atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva;

e) atender à Resolução CNJ n. 401/2021, que Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário;

f) atender ao disposto no art. 9º, V, da Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência, sobretudo com a finalidade de dar acesso a informações e disponibilizar recursos de comunicação acessíveis.

Cumprе destacar que há contrato vigente entre este TRT e empresa prestadora de serviços de interpretação em Libras, o qual irá vencer em 21/06/2024 (Contrato n. 23/2022).

Ao longo dos dezessete (17) meses de contrato já executado, o serviço de interpretação em Libras se mostrou vital para garantir a inclusão e a comunicação efetiva com a comunidade surda.

Entretanto, apesar de possuímos saldo positivo em relação à prestação do serviço que está sendo oferecido, a equipe de gestão e fiscalização identificou algumas lacunas contratuais e, também, lacunas relacionadas ao pleno atendimento da demanda de acessibilidade comunicacional, que precisam ser supridas:

- a) ausência do serviço de interpretação em Libras em vídeos pré-gravados (audiovisual) fornecido por minuto;
- b) ausência do serviço de audiodescrição em vídeos pré-gravados;
- c) ausência do serviço de audiodescrição em imagens estáticas;

É importante reiterar que a atual prestação do serviço, mesmo que limitada à interpretação de libras, têm sido entregue de forma consistente e satisfatória, pois possui uma equipe de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

intérpretes capacitados, comprometidos, assíduos e disponíveis quando são demandados, o que tem sido fundamental para o sucesso do propósito de inclusão.

A demanda é enviada à empresa contratada por meio de Ordem de Serviço, a qual tem sido regularmente executada.

Outro ponto importante a destacar é que temos conseguido realizar o serviço de interpretação em Libras em vídeos pré-gravados mediante um ajuste feito com a empresa contratada, que disponibiliza um intérprete semanalmente (quando demandado via ordem de serviço) durante uma hora cheia contratada, como forma de atenuar essa lacuna.

Assim, embora seja possível a renovação do atual contrato, a experiência nos possibilitou identificar as oportunidades de melhoria e evidenciou que devem ser feitos alguns aperfeiçoamentos, além de que é necessário prover os serviços de Audiodescrição.

**II – Alinhamento ao Plano Estratégico e Previsão da  
contratação no Plano de Contratações Anual:**

A acessibilidade é um dos atributos de valor constantes do Plano Estratégico 2021/2026, o qual se traduz na disponibilidade e na condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, materiais, edificações, tecnologia, informação e comunicação, bem como de todos os serviços administrativos e judiciais.

Ademais, esta proposta alinha-se ao objetivo institucional "Celeridade e efetividade da Prestação Jurisdicional" na perspectiva da sociedade, possibilitando o pleno e efetivo relacionamento com o público externo ou interno, estabelecendo comunicação mais acessível. A contratação destes serviços também está prevista no Plano Anual de Contratações 2024 (PAC 2024).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

As despesas decorrerão das seguintes informações orçamentárias:

**Grupo 1:**

**Item SIGEO nº:** 151252024000213 e 151252024000226  
(interpretação e tradução de LIBRAS)

**Programa de Trabalho:** 02.122.0033.4256.0054

**Natureza de despesa:** 3.3.90.39

**Grupo 2:**

**Item SIGEO nº:** 151252024000215 (audiodescrição)

**Programa de Trabalho:** 02.122.0033.4256.0054

**Natureza de despesa:** 3.3.90.39

Sugere-se, na formalização do contrato para a prestação dos serviços apresentados neste ETP, que haja cláusula contratual na qual a vigência do contrato estará condicionada à existência de prévia e regular dotação orçamentária.

**III - Requisitos da Contratação:**

Um dos objetivos da contratação almejada é o cumprimento dos dispositivos acerca da acessibilidade exigidos pela legislação em vigor (Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [13.146/2015], Resolução CNJ n.º 401/2021 e Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, Ato Conjunto CSJT/TST/GP n.º 24/2014).

Para tanto, os serviços a serem contratados devem ser considerados de natureza continuada, pois decorrem de lei e,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

devido a seu caráter essencial, se estenderão por mais de um exercício financeiro, porém, sem dedicação exclusiva.

Com efeito, para evitar a repetição de procedimentos licitatórios anuais, com custos para a Administração, sugere-se que o instrumento contratual seja firmado por **30 (trinta) meses**, com possibilidade de prorrogações iguais e sucessivas até o limite legal de 10 (dez) anos, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, se, além do interesse da administração, a prestação de serviços pela(s) empresa(s) contratada(s) se demonstrar satisfatória em qualidade, eficiência e eficácia nos seus resultados.

A necessidade de que os serviços ocorram de forma contínua para este objeto justifica-se pelo fato de que eventuais interrupções na prestação dos serviços poderiam comprometer a qualidade e o bom andamento da prestação jurisdicional, sendo necessário ter um contrato que garanta a prestação do serviço sempre disponível para atender à recorrente demanda nos diversos eventos, atos processuais, imagens e vídeos institucionais realizados pelo TRT24, com exceção do recesso de dezembro/janeiro, onde a necessidade do serviço fica suspensa.

Além disso, contratações esporádicas ou mesmo anuais onerariam a máquina pública com procedimentos repetitivos e dispêndio de capital humano.

A(s) empresa(s) licitante(s) apresentará(ão), **para fins de habilitação**, atestado de capacidade técnica, comprobatório da execução do serviço de acessibilidade comunicacional equivalente ao grupo para o qual ofertar o **menor preço** (interpretação em Libras e/ou Audiodescrição).

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista recente decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Os serviços a serem executados foram divididos por grupos e itens, conforme as especificidades de cada um:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Grupo 1			
Item	Especificação	Unidade de fornecimento	Quantidade estimada (30 meses)
1	Tradução-interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para a língua portuguesa e vice-versa, na forma simultânea ou consecutiva, em eventos realizados pelo Tribunal Regional Trabalho da 24ª Região, ao vivo, nas modalidades presencial e remota.	Hora/dupla	1723
2	Interpretação em Libras em vídeos pré ou pós-gravados (audiovisual)	Minuto	450

Grupo 2			
Item	Especificação	Unidade de fornecimento	Quantidade estimada (30 meses)
3	Audiodescrição em vídeos pré ou pós-gravados (audiovisual)	Minuto	450
4	Audiodescrição de imagens estáticas	Imagem	750



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Para execução dos serviços, será enviada Ordem de Serviço à(s) empresa(s) contratada(s), por e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

**Contratação dos serviços de tradução e interpretação de LIBRAS na modalidade ao vivo, presencial ou remota:**

A contratação dos serviços de interpretação e tradução de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para Língua Portuguesa e vice-versa, faz-se necessária como forma de promover ampla acessibilidade às pessoas surdas ou com deficiência auditiva às informações, decisões e julgamentos dos processos que tramitam neste TRT.

Este serviço será executado em atos processuais e em eventos promovidos pelo Tribunal, a saber: audiências, perícias, sessões de julgamento, balcão virtual acessível, palestras, seminários, cursos e solenidades.

Para a execução deste serviço, a empresa contratada deverá contar com profissionais a serem disponibilizados ao TRT para realização das atividades concernentes ao objeto da contratação.

A empresa deverá atender à legislação que rege a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS e as normas que atendam à saúde ocupacional desses profissionais, provendo o número de intérpretes necessários para atender às demandas especificadas na ordem de serviço.

Quanto à qualificação dos profissionais que atuarão como tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, deverão ter domínio e fluência nas duas línguas, com formação profissional formalmente comprovada, que atendam aos requisitos da Lei n.º 12.319/2010 e suas alterações (Lei 14.704/2023, artigo 4º) que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

A escolaridade poderá ser comprovada mediante a apresentação de diploma de graduação em curso de bacharelado em Letras-Libras, emitido por instituição de educação superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou de certificado de nível médio que demonstre ter realizado pelo menos uma das opções a seguir:

- a) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- b) cursos de extensão universitária;
- c) cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;
- d) formação de tradutor e intérprete de LIBRAS realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no Item "c";
- e) Certificado de proficiência em Língua Brasileira de Sinais - PROLIBRAS, nos termos do art. 19 do Decreto 5.626/2005.

A empresa a ser contratada deverá indicar, quando da assinatura do contrato, os profissionais que colocará à disposição do TRT, comprovando sua formação profissional mediante apresentação da documentação prevista neste item.

Cumpre à empresa garantir que a **conduta dos tradutores/intérpretes** de LIBRAS seja pautada pelos preceitos contidos no artigo 7º da Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão.

A critério do TRT, poderá ser realizada filmagem ou fotografia do processo de interpretação.

A contratada deverá ceder e transferir ao TRT todos os direitos autorais conexos ao objeto do contrato, inclusive os de imagem, com ou sem som, de forma gratuita, mediante a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

assinatura do Termo de Cessão de Uso de Voz e Imagem por cada profissional.

O serviço será prestado por 2 (dois) intérpretes, em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, para assegurar o descanso alternado dos profissionais, conforme preconiza a Federação e Associação da Classe.

A **forma de remuneração da contratada** será de acordo com a prestação do serviço demandado e com a quantidade de horas e minutos efetivamente prestados, considerado o pagamento mínimo de 1 (uma) hora, ainda que o serviço seja prestado por tempo inferior. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) disponibiliza uma tabela de referência para o pagamento dos honorários dos intérpretes de Libras. Essa tabela visa assegurar a valorização da categoria profissional e é atualizada periodicamente em assembleias com as associações filiadas.

Os critérios adotados para definir a remuneração dos serviços são baseados nas orientações gerais da FEBRAPILS, conforme listados abaixo:

1. Os valores de referência são obtidos por meio de consulta às associações de tradutores e intérpretes de Libras filiadas à Febrapils, considerando os custos com formação e atualização profissional, bem como as despesas relacionadas à própria prestação do serviço.
2. Valores referentes à atuação de segunda à sexta-feira, das 06h00min às 22h00min; após as 22h00min, os valores sofrem acréscimo de 25%; no sábado, de 25% e no domingo e feriados de 50%.
3. Quando necessária a autorização do uso de imagem/voz, será acrescido 30% ao valor total do serviço.
4. O valor-hora é calculado pela hora total (60 minutos), portanto, não é recomendado o pagamento de hora fracionada.
5. Serviços em línguas estrangeiras são acrescidos em 50%.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

6. Serviços urgentes devem ter valores acordados entre as partes.

7. Os valores expressos na tabela são referentes ao pagamento de um profissional.

O valor unitário considerará dois profissionais (dois intérpretes/hora).

Os serviços serão desempenhados de forma presencial ou online, conforme necessidade do Tribunal.

**Quando presenciais,** serão realizados na Sede do TRT da 24ª Região, na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208, ou no prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande, sito na Rua Jornalista Belizário Lima, 418, ambos em Campo Grande/MS.

Os intérpretes deverão comparecer ao local do evento com antecedência de 15 (quinze) minutos do início dos trabalhos, a fim de que possam receber orientações acerca do serviço a ser prestado (espaço onde atuarão, lugar onde deverão se posicionar e outras informações que o Tribunal julgue pertinente, que não possuem relação com a prestação do serviço, em si).

Os serviços também poderão ser desempenhados em outros locais do município de Campo Grande/MS, a fim de atender a demandas pontuais em eventos presenciais.

Se for o caso, ajustar-se-á por termo aditivo, eventual e incerto local de prestação de serviços, não previsível inicialmente no planejamento das atividades do Tribunal.

**Quando à distância,** serão realizados por aplicativo de videoconferência utilizado pelo Tribunal. Neste caso, para eventos que envolvam a transmissão ao vivo pela internet (streaming), a antecedência mínima exigida será de 30 (trinta) minutos do início do evento, para a contratada testar todos os equipamentos necessários. Além disso, a contratada deverá garantir que os intérpretes possuam boa conexão de internet e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

estejam fisicamente no mesmo local, para facilitar o revezamento entre eles.

Os demais critérios para a prestação dos serviços são similares aos da prestação presencial, utilizando aplicativo de videoconferência oferecido pelo próprio TRT (zoom ou teams, conforme disponibilidade do Tribunal), sem impacto financeiro para a contratada.

O horário de expediente do TRT da 24ª Região, conforme Resolução nº 153/2022 (art. 3º) é das 8h às 17h. No entanto, pode haver a necessidade de se antecipar ou estender esse horário devido a eventos ou demandas extraordinárias, como sessões extraordinárias, eventos especiais, audiências prolongadas ou outras necessidades que surgem de maneira imprevisível.

Para fins desta contratação, a prestação dos serviços ocorrerá, de forma ordinária, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre 7h e 22h, que será considerado como expediente do Tribunal, sendo consideradas situações excepcionais o que exceder a carga horária do expediente normal e/ou atendimento aos sábados, domingos e feriados em que houver expediente.

Ressalta-se que este horário diferenciado encontra-se dentro do limite de carga horária permitida aos intérpretes de Libras, que é das 6h às 22h, podendo ultrapassar as 22h com a garantia de pagamento adicional, conforme a FEBRAPILS.

O valor para pagamento refere-se à atuação de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h; após as 22h, os valores sofrem acréscimo de 25%; no sábado, de 25% e no domingo e feriados, de 50%.

O cancelamento do serviço deverá ser informado pelo TRT, no mínimo, no dia útil anterior ao início do evento, por meio eletrônico, preferencialmente e-mail, não sendo assim imputado qualquer ônus financeiro ao Tribunal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Se não houver prévia comunicação de cancelamento, serão pagos, a critério de indenização, integralmente, o pagamento mínimo de 1 (uma) hora de prestação do serviço. O mesmo ocorre quando informado endereço divergente do local em que se realizará o evento e, por esse motivo, o serviço não é realizado. O pagamento mínimo de 1 (uma) hora objetiva garantir à empresa contratada a remuneração mínima que garanta cobrir eventuais prejuízos pelo compromisso assumido, ao ter priorizado prestar seus serviços ao Tribunal e não ter conseguido fazê-lo por motivos alheios à sua vontade.

O pagamento da indenização integral ensejará apuração de responsabilidade no âmbito interno.

**Contratação dos serviços de Audiodescrição e Tradução/interpretação de Libras na modalidade pré-gravada (audiovisual)**

Estes serviços serão aplicados aos vídeos institucionais veiculados pelo TRT.

A forma de remuneração da contratada será de acordo com a prestação do serviço demandado e com a quantidade de minutos e segundos efetivamente prestados, considerado o pagamento mínimo de 1 (um) minuto, ainda que o serviço seja prestado por tempo inferior.

Os serviços serão realizados por profissionais capacitados e conforme as seguintes etapas mínimas:

- **Libras**

**Gravação da Interpretação:** O intérprete assiste ao vídeo e realiza a interpretação em Libras, que é gravada em um estúdio utilizando equipamentos adequados para garantir uma boa qualidade de imagem e som.

**Edição e Inserção da Janela de Libras:** A interpretação em Libras é editada e inserida no vídeo como uma janela, que ficará localizada na parte inferior da tela. A janela de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Libras deve ser posicionada de forma que não obstrua a visualização do conteúdo original do vídeo.

Sincronização: A janela de Libras é sincronizada com o áudio original do vídeo, de modo que a interpretação acompanhe o conteúdo falado, facilitando a compreensão para o público surdo ou com deficiência auditiva.

Testes: Antes da disponibilização do vídeo com a interpretação em Libras ao TRT, é recomendável realizar testes com pessoas surdas ou com deficiência auditiva para garantir que a interpretação esteja correta e seja compreensível.

● **Audiodescrição**

A **audiodescrição** é um serviço prestado por profissionais habilitados, com utilização de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, visando à narração, em língua portuguesa, sincronizada com o som original, contendo descrições de elementos visuais e de quaisquer outras informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão por pessoas com deficiência visual. Os vídeos institucionais e as imagens veiculadas pelo TRT necessitam ter esse recurso para torná-los acessíveis às pessoas com deficiência visual.

A profissão de audiodescritor não possui uma regulamentação específica no Brasil, mas, para esta contratação, é recomendável que os profissionais tenham formação em áreas como Letras, Comunicação ou outras relacionadas ao campo da linguagem e da comunicação.

Existem cursos e oficinas especializadas em audiodescrição, oferecidos por instituições de ensino e organizações voltadas à acessibilidade que também serão aceitos, conforme comprovação da qualificação e de acordo com atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora do certame. Assim, a escolaridade mínima exigida para os



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

audiodescritores será o ensino médio, regular ou técnico profissionalizante.

A audiodescrição de um vídeo é um recurso de acessibilidade que visa a tornar o conteúdo audiovisual acessível a pessoas com deficiência visual e consiste na descrição objetiva de elementos visuais que não são evidentes apenas pelo áudio original do vídeo. Possui as seguintes etapas mínimas:

**Análise do Vídeo:** O audiodescritor assiste ao vídeo e faz uma análise detalhada de todos os elementos visuais que precisarão ser descritos, como personagens, cenários, ações, expressões faciais, leitura de textos na tela, entre outros.

**Roteiro:** Com base na análise, o audiodescritor elabora um roteiro detalhado que inclui as descrições a serem inseridas nos momentos apropriados do vídeo. O roteiro é essencial para garantir que as descrições sejam claras, objetivas e não interfiram no áudio original.

**Testes:** Antes da disponibilização do vídeo com audiodescrição ao TRT, é recomendável realizar testes com pessoas com deficiência visual para garantir que a interpretação esteja correta e seja compreensível.

Ademais, a empresa contratada deverá demonstrar habilitação econômico-financeira por meio dos seguintes documentos, conforme art. 69 e 70 da Lei 14.133 de 2021:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

A documentação referida acima poderá ser:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**Audiodescrição de imagens estáticas**

Este serviço será aplicado a imagens veiculadas pelo TRT em seu portal na internet e em suas redes sociais.

A forma de remuneração da contratada será de acordo com a prestação do serviço demandado.

**Critérios de sustentabilidade**

A Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, que orienta a exigir, para o caso desta contratação:

- Declaração de que a licitante vencedora não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;

- Declaração de não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nº 29 e 105; no Capítulo IV





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

- Que a contratada deve empregar um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);

- Que a contratada deverá cumprir o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;

- Que a contratada deverá cumprir as cotas raciais e de gênero na forma como segue:

- Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;

- Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

Nos termos do art. 2º, § 2º, da Resolução CSJT n.º 310/2021, as cotas raciais e de gênero não poderão ser observadas, haja vista não existir lei que disponha sobre a matéria, não cabendo à Administração arbitrar percentual mínimo de contratação pelas empresas, conforme interpretação do Acórdão n.º 140/2017 - TCU - Plenário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:**

A estimativa foi realizada de acordo com a demanda anual das áreas relacionadas à prestação dos serviços, quais sejam: Coordenadoria de Comunicação Social, Secretaria do Tribunal Pleno e Escola Judicial.

**Serviço de tradução/interpretação em Libras na modalidade ao vivo, presencial ou remota:**

O quantitativo previsto para o período da contratação **de 12 (doze) meses é de 689 (seiscentas e oitenta e nove) horas**. Assim, para a contratação pelo período de 30 (trinta) meses, a quantidade estimada é de aproximadamente 1.723 (mil setecentas e vinte e três) horas.

Estima-se um quantitativo anual de 32 (trinta e duas) Sessões do Tribunal Pleno, com uma média de duração de 3 (três) horas por sessão, perfazendo um quantitativo anual de 96 horas.

Estima-se, ainda, um quantitativo anual de 47 (quarenta e sete) Sessões da Primeira Turma, com duração média de 3 (três) horas por sessão, resultando num quantitativo anual de 141 horas.

Quanto às Sessões da Segunda Turma, estima-se a realização de 44 (quarenta e quatro) sessões por ano, com duração média de 6 (seis) horas por sessão, perfazendo um quantitativo anual de 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas.

Também foi estimado quantitativo referente a outros eventos a serem realizados pelo Tribunal, sendo 17 (dezessete) eventos da Escola Judicial do TRT, com o tempo estimado de 5h (cinco horas) cada, perfazendo um quantitativo anual de 85h (oitenta e cinco horas).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Há previsão de 15 (quinze) eventos da Coordenadoria de Comunicação Social, com o tempo médio previsto de 1 (uma) hora cada, resultando em 15 (quinze) horas anuais de eventos.

Estima-se, por fim, o quantitativo anual de 20 (vinte) horas de atuação em audiências e balcão virtual acessível, com agendamento prévio.

Seguem discriminados nos quadros explicativos abaixo os quantitativos anuais de horas por área:

<b>Quadro estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas – Sessões de julgamento do Tribunal Pleno</b>			
<b>Mês</b>	<b>Quantidade de sessões</b>	<b>Quantidade de horas (média)</b>	<b>Total de horas</b>
<b>Janeiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Março</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Abril</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Maio</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Junho</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Julho</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Agosto</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Setembro</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Outubro</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Novembro</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

<b>Dezembro</b>	<b>2</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>6 horas</b>
<b>Total Anual</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>96 horas</b>

**Quadro estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas – Sessões de julgamento da Segunda Turma**

<b>Mês</b>	<b>Quantidade de sessões</b>	<b>Quantidade de horas (média)</b>	<b>Total de horas</b>
<b>Janeiro</b>	<b>2</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>3</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Março</b>	<b>3</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Abril</b>	<b>4</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Maio</b>	<b>4</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Junho</b>	<b>4</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Julho</b>	<b>5</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Agosto</b>	<b>4</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Setembro</b>	<b>4</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Outubro</b>	<b>5</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>
<b>Novembro</b>	<b>3</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>24 horas</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

<b>Dezembro</b>	<b>3</b>	<b>6 horas cada sessão</b>	<b>18 horas</b>
<b>Total Anual</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>264 horas</b>

**Quadro estimativo do quantitativo anual de serviços em horas - Eventos da Escola Judicial**

<b>Quantidade anual de eventos</b>	<b>Quantidade de horas por evento (média)</b>	<b>Total de horas</b>
<b>17</b>	<b>5h</b>	<b>85h</b>

**Quadro estimativo do quantitativo anual de serviços em horas - Eventos e Vídeos da Coordenadoria de Comunicação Social**

<b>Quantidade anual de eventos</b>	<b>Quantidade de horas por evento (média)</b>	<b>Total de horas - Eventos</b>
<b>15</b>	<b>1 hora</b>	<b>15 horas</b>

**Quadro estimativo do quantitativo de serviços mensais e em horas - Sessões de julgamento da Primeira Turma**

<b>Mês</b>	<b>Quantidade de sessões</b>	<b>Quantidade de horas (média por sessão)</b>	<b>Total de horas</b>
<b>Janeiro</b>	<b>2</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>6 horas</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

<b>Março</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Abril</b>	<b>5</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>15 horas</b>
<b>Maio</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Junho</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Julho</b>	<b>5</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>15 horas</b>
<b>Agosto</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Setembro</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Outubro</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Novembro</b>	<b>4</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>12 horas</b>
<b>Dezembro</b>	<b>3</b>	<b>3 horas cada sessão</b>	<b>9 horas</b>
<b>Total Anual</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>141 horas</b>

**Quadro estimativo do quantitativo anual de serviços em horas - balcão virtual acessível, audiências e perícias**

<b>Quantidade anual de eventos</b>	<b>Quantidade de horas por evento (média)</b>	<b>Total de horas</b>
<b>88</b>	<b>1 hora</b>	<b>88 horas</b>

Os quantitativos acima representam tão-somente uma estimativa, podendo o TRT da 24ª Região, de acordo com sua demanda, reduzi-los ou aumentá-los.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**Serviços de Audiodescrição e interpretação em Libras (audiovisual) :**

De acordo com as informações obtidas junto à Coordenadoria de Comunicação Social, responsável pela veiculação de vídeos institucionais e imagens no site e nas redes sociais do TRT, as seguintes quantidades serão necessárias:

- Vídeos: 180 minutos por ano;
- Imagens: 300 unidades por ano.

**V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:**

As soluções existentes no mercado para os serviços de acessibilidade comunicacional (intérprete em Libras e audiodescrição) são:

- DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR DEVIDAMENTE CAPACITADO. No entanto, esta solução não se mostra viável no momento, seja por incompatibilidade com a atividade atualmente desenvolvida no âmbito deste Tribunal ou por não haver servidores(as) capacitados(as) ou habilitados(as) legalmente para o exercício dos serviços de acessibilidade comunicacional que se fazem necessários.

- SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS/APLICATIVOS, a exemplo de Hand Talk, Rybená e Vlibras (para a interpretação em Libras). Contudo, essas soluções ainda não alcançaram estágio de desenvolvimento suficiente para produzir a interpretação em Libras com a adequada qualidade necessária para o efetivo entendimento do conteúdo, apresentando as seguintes desvantagens:

a) A precisão e qualidade da interpretação de Libras ou audiodescrição podem variar dependendo do software ou do algoritmo utilizado. Às vezes, as nuances da linguagem ou detalhes visuais podem ser perdidos na tradução automatizada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

- b) Custo: Algumas soluções tecnológicas podem ter custos associados, seja para desenvolvimento, manutenção ou acesso, o que pode limitar sua disponibilidade;
- c) Barreiras Tecnológicas: Nem todas as pessoas têm acesso fácil ou habilidades para usar dispositivos tecnológicos necessários para acessar essas soluções. Isso pode criar uma nova forma de exclusão digital.
- d) Falta de Interação Humana: Embora as soluções tecnológicas possam fornecer acesso à informação, elas podem não substituir completamente a interação humana. Algumas pessoas podem preferir a presença de intérpretes ou descritores humanos devido à sua capacidade de interpretar emoções e contextos de forma mais complexa.

Em consulta à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação deste TRT24, foram obtidas as seguintes informações que corroboram e esclarecem as desvantagens já citadas: "não identificamos uma solução de TI que realize de forma automatizada a interpretação de falas em tempo real para tradução na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Existem diversas soluções de mercado similares à Hand Talk, contratada para o portal do TRT24, que por meio de Inteligência Artificial realiza a tradução de textos para a linguagem de Libras por meio de um avatar. Esta mesma empresa desenvolveu um aplicativo que permite ao usuário digitar um texto ou falar algo para que avatares traduzam para a Língua de Sinais escolhida. Existem ainda iniciativas de pesquisa como a da Universidade Federal Fluminense- UFF ou do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR) em parceria com a Lenovo. No entanto, ambas estão focadas em traduzir uma linguagem em Libras para áudio ou texto, o que foge do objeto desta contratação. Diante do exposto, podemos afirmar que, por enquanto, o mercado não oferece solução automatizada para serviços de interpretação e tradução em tempo real de palestrantes para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)."

O mesmo se diga em relação à audiodescrição, isso porque não há aplicativo ou tecnologia que desenvolva a descrição com a





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

quantidade de informações necessárias a possibilitar o entendimento por parte da pessoa com deficiência visual.

- **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA.** Essa modalidade de contratação apresenta dificuldades, pois a pessoa pode adoecer ou ter um compromisso que lhe impeça de atuar, justamente no dia e horário da necessidade da prestação do serviço. Além disso, demanda grande dispêndio de tempo dos servidores do tribunal, na aferição da qualificação, agendamentos e outros tipos de controle, o que não está em consonância com os princípios da economia e eficiência, que norteiam os atos administrativos.

- **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA.** A contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços requeridos demonstra-se mais adequada, pois permite maior alcance, qualidade, quantidade, variedade e diversificação dos serviços de intérpretes de Libras e audiodescritores. Além disso, podem-se observar as seguintes vantagens:

- a) **Profissionalismo:** Empresas que fornecem esses serviços possuem profissionais treinados e qualificados. Eles podem oferecer um alto padrão de qualidade e confiabilidade em seus serviços, garantindo uma experiência consistente e satisfatória.
- b) **Disponibilidade:** Ao contratar uma empresa, tem-se acesso a uma equipe de profissionais, o que aumenta a disponibilidade do serviço. Isso é especialmente útil para eventos ou situações que exigem interpretação ou descrição por longos períodos de tempo ou em várias ocasiões.
- c) **Flexibilidade:** As empresas que oferecem serviços de interpretação de Libras e audiodescrição geralmente podem se adaptar às necessidades específicas de cada cliente. Elas podem oferecer serviços sob demanda, agendamento flexível e até mesmo cobertura em múltiplos locais simultaneamente, se necessário.
- d) **Responsabilidade Legal:** Ao contratar uma empresa, tem-se a garantia de que os profissionais contratados estão em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Isso



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

ajuda a mitigar riscos legais associados à falta de acessibilidade.

Ressalta-se que a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de Acessibilidade Comunicacional é uma solução amplamente utilizada por instituições públicas, conforme pesquisa realizada no painel de preços, disponível em: [paineldeprescos.planejamento.gov.br](http://paineldeprescos.planejamento.gov.br).

No que diz respeito à garantia contratual, não se vislumbra a necessidade de sua exigência, pois caso os serviços não sejam prestados, eles também não serão pagos, o que não ocasionará prejuízo financeiro para o Tribunal. Além disso, um possível reparo financeiro não substituirá o prejuízo tácito pela inexecução do serviço, que é imediato. Não é possível reparar a falta da execução de uma interpretação de libras a não ser com a própria interpretação.

**VI – Estimativas do valor da contratação:**

A estimativa de custos e os preços referenciais foram feitos com base nas diretrizes do Manual de Aquisições deste Tribunal, em atenção ao ar. 18, 1º, inciso VI, e art. 23, 1º, da Lei 14.133/2021, sendo também observada a IN SEGES/ME 65, art. 5º.

A avaliação foi obtida mediante cotações com fornecedores, contratos com outros Tribunais Regionais do Trabalho, contrato firmado por este Tribunal com objeto semelhante e também via site da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils).

Esta pesquisa de preço considera, nos valores apresentados, a mínima qualificação técnica dos profissionais que prestarão os serviços, conforme item 3 deste ETP e conforme pode ser verificado, por exemplo, no contrato firmado pelo TRT da 13ª Região, que compôs o comparativo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

Em suma, o preço médio da hora trabalhada pela dupla de intérpretes é de **R\$ 356,67** e o valor total da contratação para 30 meses é de **R\$ 614.364,07**.

Para os vídeos pré gravados com interpretação em Libras, o preço médio do minuto trabalhado é de **R\$ 72,00** e o valor total da contratação para 30 meses é de **R\$ 32.400,00**.

Já para os vídeos pré gravados com Audiodescrição, o preço médio do minuto é de **R\$ 68,33**; totalizando **R\$ 30.748,50** ao longo dos 30 meses da contratação.

Por fim, para a Audiodescrição de imagens estáticas, o preço médio do serviço, por imagem, é de **R\$ 72,38** e o valor total da contratação para 30 meses é de **R\$ 54.285,00**.

Somando todos os itens, o **preço médio total** para todo período contratado é de **R\$ 731.797,57**.

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:**

O serviço de **tradução e interpretação para a Libras** destina-se às diversas manifestações públicas realizadas pelo TRT da 24ª Região, tais como sessões das Turmas e do Tribunal Pleno, audiências com participante com deficiência auditiva, balcão virtual acessível e eventos com a participação de público externo e interno, podendo ser realizado nas seguintes modalidades:

**a) Eventos presenciais ao vivo:** por meio de interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do intérprete de LIBRAS no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador;

**b) Eventos não presenciais transmitidos ao vivo:** por meio de interpretação simultânea remota (RSI), com transmissão ao vivo pelos canais do TRT da 24ª Região na internet (YouTube e/ou redes sociais), em espaço ou janela de LIBRAS, sendo que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

o intérprete se encontra em local diverso da realização do evento ou de onde fala o orador;

**c) Eventos gravados previamente:** por meio de gravação prévia da interpretação em LIBRAS para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação na internet: site, canal do YouTube e redes sociais do TRT da 24ª Região.

**d) Vídeos pré-gravados:** O intérprete assiste ao vídeo e realiza a interpretação em Libras, que é gravada em um estúdio utilizando equipamentos adequados para garantir uma boa qualidade de imagem e som e será aplicada aos vídeos institucionais veiculados pelo TRT.

Dessa forma, a contratação dos serviços de Tradução e Interpretação em Libras promoverá o amplo e pleno acesso de pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas manifestações realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e está em sintonia com a legislação vigente sobre acessibilidade e inclusão.

A **audiodescrição**, por sua vez, é uma técnica utilizada para tornar conteúdos visuais acessíveis a pessoas com deficiência visual. A sua solução consiste em descrever verbalmente elementos visuais importantes que ocorrem num determinado conteúdo, preenchendo as lacunas visuais e fornecendo informações essenciais sobre a cena, personagens, ação e contexto. A descrição é cuidadosamente elaborada para transmitir a experiência visual de forma clara e objetiva, sem interferir no áudio ou imagem original do conteúdo. No geral, a audiodescrição desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e acessibilidade, permitindo que pessoas com deficiência visual desfrutem de uma variedade de conteúdos audiovisuais de forma mais completa e enriquecedora.

A audiodescrição poderá ser realizada nas seguintes modalidades:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**a) Vídeos pré-gravados:** envolve a adição de uma narração verbal que descreve detalhes visuais importantes, como cenas, personagens, ações e expressões faciais, durante pausas naturais no áudio original.

**b) Imagens estáticas:** busca transmitir de forma verbal os detalhes visuais essenciais da imagem, permitindo que as pessoas que não podem vê-la tenham acesso à mesma informação que o público que enxerga.

Em resumo, a audiodescrição desempenha um papel fundamental na promoção da acessibilidade e inclusão, permitindo que pessoas com deficiência visual tenham acesso a uma variedade de informações visuais de maneira mais completa e significativa.

**VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Com vistas a observar os princípios que norteiam a contratação de serviços no âmbito da Administração Pública, especialmente os da eficiência e competitividade, bem como atender às necessidades deste Tribunal, o objeto será licitado compreendendo 2 (dois) grupos com 2 (dois) itens cada, considerando a correlação entre os itens de cada grupo.

O parcelamento da solução em 4 (quatro) itens poderia resultar na contratação de 4 (quatro) empresas distintas, o que não é vantajoso para a administração, pois haveria vários contratos para realizar a gestão.

Já a formação de um único grupo poderia restringir a competitividade, uma vez que há empresas que não fornecem os dois tipos de serviço, como é o caso de empresas especializadas na prestação de serviços de interpretação em Libras, apenas.

Por esses motivos, optou-se pela divisão dos serviços em grupos, conforme a especificidade de cada serviço, no intuito de aliar a eficiência na gestão contratual com o aumento da competitividade.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**IX – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

O TRT da 24ª Região é uma instituição sólida, bem avaliada pela sociedade, e esse conceito, conquistado ao longo de décadas, decorre não apenas por dar cumprimento às normas, mas passa, necessariamente, pelo respeito à dignidade de todos os cidadãos com os quais se relaciona, em especial os que estão em situação de maior vulnerabilidade.

A contratação de serviços de interpretação/tradução de LIBRAS por este Tribunal será mais um passo para o órgão se consolidar como uma instituição inclusiva e transparente, com a garantia do acesso público à informação e proteção das liberdades individuais, em cumprimento aos Objetivos de igualdade defendidos internacionalmente.

Ademais destaca-se que a prestação dos serviços de Acessibilidade Comunicacional torna-se essencial para garantir a efetividade da prestação jurisdicional, bem como o atendimento às diretrizes voltadas à acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nos Órgãos do Poder Judiciário e colaboradores, nos termos da Lei nº 10.436/2002, da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), da Resolução CSJT nº 218/2018 e da Resolução CNJ nº 401/2021.

Abaixo, estão listados alguns dos resultados pretendidos:

- a) **Inclusão e Participação:** A acessibilidade comunicacional visa garantir que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da vida social, cultural e profissional. Isso significa ter acesso igualitário a informações, comunicação e interação em todos os contextos em que necessite atuar;
- b) **Autonomia e Independência:** Ao fornecer ferramentas e suportes adequados para acessar e compreender informações, as pessoas com deficiência podem ganhar maior autonomia e independência em suas vidas diárias. Isso inclui acessar serviços governamentais, que é nosso propósito; A



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

acessibilidade comunicacional também capacita as pessoas com deficiência a exercerem seus direitos, fazerem escolhas informadas e defenderem seus interesses de forma eficaz.

**c) Maior Consciência e Sensibilidade:** Ao promover a acessibilidade comunicacional, também se promove uma maior conscientização e sensibilidade em relação às necessidades e experiências das pessoas com deficiência na sociedade em geral. Isso pode levar a mudanças positivas na atitude, comportamento e políticas públicas em relação à inclusão e acessibilidade.

**X - Providências a serem adotadas pela Administração  
previamente à celebração do contrato:**

Não há providências a serem tomadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

**XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

Não há.

**XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas  
medidas mitigadoras:**

Não há.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da  
contratação para o atendimento da necessidade:**

Conforme fundamentação acima, declaramos que a contratação é viável, tendo em vista a demonstração da necessidade e a importância para o desempenho das atividades do TRT da 24ª Região, assim como das determinações legais constantes da Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual obriga os órgãos públicos a estarem preparados para realizar um atendimento prioritário e individualizado às pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

---

Nome: **Gessica Damásio Cabral**  
Telefone: (67) 3316-1605  
E-mail: gcabral@trt24.jus.br

---

Nome: **Mateus Cominetti**  
Telefone: (67) 3316-1891  
E-mail:  
[mcominetti@trt24.jus.br](mailto:mcominetti@trt24.jus.br)

**Membros indicados para compor a Equipe de Fiscalização:**

Gestor: Mateus Cominetti

Fiscal: Gessica Damásio Cabral

Gestora e Fiscal substituta: Claudia Aline de Paulo Lepesteur